

Em busca dos estudos da educação do período monárquico referenciados no historicismo gramsciano

André Wagner Rodrigues de Sousa, Luciana Cristina S. Coutinho

Universidade Federal de São Carlos, andrewagnersousa@gmail.com

Universidade Federal de São Carlos, lucscoutinho@ufscar.br

Received: 10.02.2025 - Accepted: 20.02.2025 - Published: 31.12.2025

Abstract

O artigo trata dos caminhos percorridos para se localizar os estudos gramscianos da educação que focam em objetos de análise datados no período imperial da História do Brasil. Ao reconhecer a centralidade do historicismo no desenvolvimento da filosofia da práxis, o trabalho tem como objetivo identificar, entre as pesquisas acadêmicas do campo educacional referenciadas no aporte teórico de Antonio Gramsci, quais foram guiadas sob uma perspectiva histórica, focando suas análises em objetos situados no século XIX. Por meio da pesquisa bibliográfica, o estudo apresenta sinteticamente a recepção da obra do filósofo sardo em território nacional e versa sobre alguns importantes estudos que se dispuseram a reunir e analisar a produção gramsciana no Brasil nas últimas décadas. Nas considerações finais, após exame dos dados reunidos, são tecidas algumas hipóteses que podem auxiliar à compreensão do fenômeno revelado pela pesquisa exploratória.

Keywords

Educação escolar, Brasil monárquico, História do Brasil, Antonio Gramsci

In search of Studies on Education from the Monarchical Period referenced in Gramscian Historicism

Abstract

This article addresses the pathways taken to situate Gramscian studies in education that focus on objects of analysis dated to the imperial period of Brazilian History. Acknowledging the centrality of historicism within the development of the philosophy of praxis, the work aims to identify, among academic research in the educational field drawing upon the theoretical framework of Antonio Gramsci, those which have been guided by a historical perspective, focusing their analyses on objects situated in the nineteenth century. Through bibliographic research, the study concisely presents the reception of the Sardinian philosopher's work within the national context and discusses several significant studies that have sought to compile and analyse Gramscian scholarship in Brazil over recent decades. In the concluding remarks, following an examination of the assembled data, several hypotheses are advanced which may aid in understanding the phenomenon revealed by this exploratory research.

Keywords

School Education, Monarchical Brazil, History of Brazil, Antonio Gramsci

Em busca dos estudos da educação do período monárquico referenciados no historicismo gramsciano

André Wagner Rodrigues de Sousa, Luciana Cristina S. Coutinho

Introdução

No Brasil, o ingresso formal da obra e pensamento de Antonio Gramsci no debate educacional se deu por meio de sua inserção nos meios acadêmicos nos anos finais da década de 1970, a partir dos estudos pioneiros promovidos pelo programa de pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) no âmbito da disciplina de Teoria da Educação ministrada pelo professor Dermeval Saviani em 1978.¹

Antes disso, embora seja possível verificar referências ao filósofo sardo no Brasil desde a primeira metade do século XX, em publicações operárias de São Paulo que denunciavam os avanços do fascismo na Europa e na correspondência entre as fileiras do PCB com os órgãos editoriais da Internacional Comunista,² a difusão do pensamento de Gramsci em território nacional foi impulsionada a partir da década de 1960 com as primeiras traduções de sua obra para o português, projeto encabeçado por Carlos Nelson Coutinho em parceria com Leandro Konder.

Com efeito, observado o cenário político da época, o interesse na tradução do pensamento de Antonio Gramsci para o contexto brasileiro pode ser compreendido no âmbito do movimento de renovação do marxismo vivenciado no período, bem como da necessidade de embasamento teórico-metodológico para a construção de uma “frente única” das lideranças da esquerda no país, visando o enfren-

¹ P. Silva, *A recepção de Gramsci na educação brasileira: entrevista com Dermeval Saviani*, «Movimento. Revista de Educação», 4, 2017, 6, pp. 386-404. Jarbas Maurício Gomes, em uma análise do processo histórico de apropriação de Gramsci nos estudos da educação, identifica uma iniciativa contemporânea àquela do programa de pós-graduação da PUC-SP, desenvolvida no Instituto de Estudos Avançados em Educação da Fundação Getúlio Vargas (IESAE-FGV), sediado no Rio de Janeiro. J. Gomes, *A apropriação de Gramsci na pesquisa em educação no Brasil (1976-2012)*, tese de doutorado, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2017.

² L. Secco, *A “pré-história” de Gramsci no Brasil*, «Novos Rumos», 2000, 32, pp. 16-28.

tamento da repressão do governo autoritário da Ditadura Civil-Militar nos anos finais da década de 1960.

Paralelamente a essa utilização dos cânones metodológicos desenvolvidos por Gramsci como subsídio para a interpretação política da contemporaneidade, com vistas à formação de uma agenda política das classes subalternas, deu-se também sua operacionalização como categorias de análise e interpretação histórica, possibilitando a revitalização da orientação teórico-metodológica do materialismo histórico-dialético para investigação da nossa formação social.

Como um continuador da teoria materialista de Marx e Engels, o paradigma teórico-metodológico gramsciano recupera e atualiza o aspecto dialético da relação interconectada entre os fenômenos da estrutura com os da superestrutura, componentes da totalidade da vida social, superando os limites das interpretações economicistas e idealistas do materialismo histórico vigentes em sua época.³ Dessa forma, a filosofia da práxis gramsciana apresentou-se aos intelectuais da esquerda democrática brasileira, sobretudo das áreas do conhecimento denominadas como ciências sociais aplicadas, como «uma contraposição a determinadas formas de marxismo que haviam se tornado referência no debate intelectual e político em nosso país, como o estruturalismo althusseriano ou o marxismo “determinista” dos Partidos Comunistas».⁴

No campo educacional, a recepção do pensamento do filósofo marxista torna-se mais evidente ao longo da década de 1980, quando os pesquisadores da educação passam a apropriar-se do aporte teórico da filosofia da práxis para analisar diferentes questões e fenômenos ligados à formação e desenvolvimento da educação no Brasil, buscando superar os limites das teorias vigentes que interpretavam a instituição escolar como mera reprodutora da ideologia dominante:

Nesse contexto, as reflexões de Gramsci sobre o Estado e a escola passaram a constituir uma importante referência para criticar a ideia de que a educação e a cultura, estando na “superestrutura”, eram mecanicamente determinadas pela estrutura econômica. Ao contrário das tendências então dominantes, Gramsci

³ M. Martins, *O valor pedagógico e ético-político do conhecimento para a “filosofia da transformação” de Gramsci e sua relação com o marxismo originário*, tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

⁴ A. Lole et al., *Produção bibliográfica de Gramsci no Brasil: uma análise preliminar*, «Revista Virtual Práxis e Hegemonia Popular», 2016, 1, pp. 141-57.

conferia à educação e à cultura uma importância que estas jamais desfrutaram no pensamento socialista.⁵

Ao refletir sobre esse processo, Dermeval Saviani indica que os estudos gramscianos no campo da educação podem «ser agrupados em dois tipos: aqueles que se propõem a explicar aspectos da concepção pedagógica de Gramsci e aqueles que tomam Gramsci como referência teórica para analisar aspectos da educação brasileira».⁶ Adiante, o autor acrescenta um terceiro tipo, que se manifesta na formulação de uma pedagogia contra-hegemônica baseada nas ideias e ideais do filósofo italiano, a exemplo da pedagogia histórico-crítica.⁷

O foco de atenção desse artigo se dirige aos estudos do segundo tipo, ou seja, àqueles que utilizam os cânones metodológicos de interpretação histórica e política do teórico das superestruturas para investigação da realidade brasileira com vistas a melhor compreensão do fenômeno educativo como processo histórico, desenvolvendo conhecimentos que sirvam como subsídio para o enfrentamento das questões atuais da educação nacional.

De forma mais específica, interessa-nos identificar dentre os estudos gramscianos no campo da educação aqueles trabalhos que realizaram a investigação em uma perspectiva histórica, promovendo um recorte temporal centrado no século XIX, quando o Brasil, emancipado de sua antiga metrópole, inaugura seu ingresso na Modernidade.

Compreendendo a filosofia da práxis como historicismo absoluto ou realista, conforme enfatizado por Ricardo Salles,⁸ pretendemos identificar quais pesquisas utilizaram-se das lentes de Gramsci como teoria da prática da História enquanto disciplina do conhecimento, a fim de verificar se é possível afirmar que há uma História

⁵ R. Soares, *Gramsci e o debate sobre a escola pública no Brasil*, «Cadernos CEDES», 26, 2006, 70, p. 335.

⁶ D. Saviani, *Gramsci e a educação no Brasil*, in *Gramsci no limiar do século XXI*, organizado por J. Lombardi, L. Magalhães e W. Santos, Campinas, Navegando Publicações/Librum Editora, 2013, p. 66.

⁷ Com relação à pedagogia histórico-crítica, Marcos Francisco Martins ressalta que Dermeval Saviani «procedeu com Gramsci como este procedeu com Marx: traduziu! Se a tradução é fundamento da filosofia da práxis, Saviani, com capacidade crítica e criativa, soube traduzir na pedagogia histórico-crítica a escola unitária de Gramsci» (M. Martins, «Tradução» da escola unitária de Gramsci pela pedagogia histórico-crítica de Saviani, «ETD - Educação Temática Digital», 20, 2017, 4, pp. 997-1017).

⁸ R. Salles, *Gramsci para Historiadores*, «História da Historiografia», 10, 2012, pp. 211-28.

da Educação do Brasil Monárquico balizada nos princípios teóricos gramscianos.

1. A presença de Gramsci nos estudos da educação

A recepção de Gramsci na produção acadêmica do campo educacional no Brasil tem sido debatida por diversos pesquisadores da área nas últimas décadas.⁹ Em uma das primeiras incursões nessa seara, Carlos Eduardo Vieira¹⁰ analisou a apropriação do pensamento gramsciano no contexto da pesquisa educacional brasileira em alguns trabalhos da década de 1980, enfatizando a compreensão da obra do pensador italiano como «uma expressão teórica que busca sistematizar a lógica inerente ao processo histórico real, ao contrário das teorias que compreendem o real como ilustração da sua lógica».¹¹

Com foco nesse aspecto central da filosofia da práxis, Vieira conclui seus estudos afirmando que

a posição do teórico sardo sobre os problemas do historicismo foi ignorada pelo pensamento acadêmico-educacional na década de oitenta, proporcionando, a meu ver, uma apropriação do seu legado que se opõe radicalmente à sua proposição metodológica historicista.¹²

Assim, conforme sua análise, ao relegarem o historicismo gramsciano a um segundo plano, as pesquisas em educação da década de oitenta foram marcadas por uma visão reducionista da história e uma interpretação logicista dos cânones metodológicos de pensamento utilizados nas investigações do período.¹³

⁹ P. Nosella, *Gramsci e os educadores brasileiros: um balanço crítico*, «Revista da FAEEDBA», 1998, 10, pp. 9-23; R. Soares, *Gramsci e o debate sobre a escola pública no Brasil*. «Cadernos CEDES», 26, 2006, 70, pp. 329-52; D. Saviani, *Gramsci e a educação no Brasil*, cit., pp. 60-79.

¹⁰ C. Vieira, *O historicismo gramsciano e a pesquisa em educação*. Dissertação (Mestrado em História e Filosofia da Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação: História e Filosofia da Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Perdizes-SP, 1994.

¹¹ *Ibidem*, p. 233.

¹² C. Vieira, *O historicismo gramsciano e a pesquisa em educação*, «Perspectiva», 1993, 20, pp. 31-51.

¹³ Em sua crítica aos estudos da educação da década de 1980, Carlos Eduardo Viera afirma que “a intenção de proclamar a unilateralidade das análises crítico-reprodutivistas sobre o funcionamento do Estado e da escola determinou a busca de novos interlocutores. Entre os mais requisitados está Gramsci, todavia a introdução do seu pensamento entre os pesquisadores da área acadêmico-educacional não resultou de uma crítica ao racionalismo logicista inerente a essas concepções. As categorias gramscianas foram assimiladas da mesma maneira que as categorias althusserianas, ou seja, como abstrações lógicas que operam a análise do abstrato e genérico modo de produção capitalista” (*ibidem*, pp. 47-48).

De forma abrangente, em uma análise mais recente sobre o processo de apropriação do legado gramsciano no campo da pesquisa educacional no Brasil no período de 1976 a 2012, Jarbas Maurício Gomes situou a obra de Carlos Eduardo Vieira ao contexto de emergência de novos paradigmas interpretativos, em um momento de reflexão e crítica sobre os referenciais teóricos marxistas. A partir dessa visão de conjunto, os eventuais limites das produções acadêmicas referenciadas em Gramsci durante os primeiros anos de sua recepção no país são analisados a partir da conjuntura de sua produção, uma vez que foram realizadas em condições históricas objetivas de uma primeira aproximação com a obra e pensamento do filósofo italiano.¹⁴

Além de Vieira e Gomes, Leonardo Alberto de Azevedo Santos¹⁵ realizou um interessante estudo sobre a presença do pensamento de Antonio Gramsci na produção acadêmica educacional no Brasil ao longo da década de 1980. Ao observar, por meio da revisão bibliográfica, que a influência do pensamento gramsciano no cenário nacional apresentava um declínio nas áreas da Política e da Sociologia em finais dos anos oitenta, como consequência da crise do socialismo real no leste europeu, o autor propõe-se a verificar se o mesmo teria ocorrido na produção científica do campo educacional.

Para isso, promove um levantamento e análise quantitativa nos catálogos de teses e dissertações da Associação Nacional dos Pesquisadores em Educação (ANPEd) no período de 1981 a 1992, além de entrevistas com renomados pesquisadores de diversas áreas do conhecimento que são orientados pela epistemologia gramsciana.

Tendo localizado 80 títulos no recorte pretendido pela pesquisa, o autor constata que os vinte e seis trabalhos referenciados em Gramsci registrados entre os anos de 1981 a 1985 correspondem a 10,16% de um total de 1044 pesquisas desenvolvidas no período. Situação semelhante é apontada para o período subsequente, com a soma-

¹⁴ Jarbas Maurício Gomes organiza seus estudos sobre o processo histórico de apropriação do pensamento gramsciano entre os pesquisadores da educação em quatro períodos, que «expressam a aproximação (1976-1982), a produção das primeiras pesquisas (1983-1991); a crítica ao capital cultural e científico do campo (1991-2000); e, a tendência de consolidação da pesquisa sobre Gramsci na educação (2001-2012)» (J. Gomes, *A apropriação de Gramsci na pesquisa em educação no Brasil (1976-2012)*, cit., p. 234).

¹⁵ L. Santos, *A presença do pensamento de Antonio Gramsci na produção acadêmica sobre educação no Brasil dos anos oitenta*, dissertação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

tória de trinta e sete trabalhos fundamentados no pensador sardo correspondendo a 12,38% da produção acadêmica educacional de 1986 a 1989, período que apresentou um total de 1327 estudos em educação.¹⁶ Dessa forma, o pesquisador pode concluir seu estudo «sustentando a tese de que o pensamento gramsciano esteve presente em toda a década de 80 no cenário educacional brasileiro, diferentemente de outras áreas da produção intelectual e política».¹⁷

É interessante notar que, no processo de identificação dos estudos gramscianos nos catálogos da ANPEd, o pesquisador reconheceu duas formas da presença do pensamento de Gramsci nas produções científicas sobre a educação:

Na primeira, os trabalhos versavam sobre Gramsci e suas contribuições para educação, o que, inclusive, também era explicitado nos próprios títulos ou nos resumos dos referidos trabalhos. A segunda forma de presença do pensamento gramsciano na produção acadêmica brasileira apresentou-se através da articulação de seus conceitos às análises de temas educacionais.¹⁸

Aqui encontramos novamente a distinção dos estudos gramscianos no campo da educação em dois grandes agrupamentos: um primeiro, focado em aspectos da concepção pedagógica do filósofo italiano; e um segundo, composto por pesquisas que fundamentam suas análises da educação brasileira a partir da filosofia da práxis.

Com o objetivo de identificar os estudos que se utilizam das lentes de Gramsci para investigar a educação brasileira do período monárquico em uma perspectiva histórica, consultamos a relação dos títulos localizados por Leonardo Santos na base de dados da ANPEd, contidas na documentação anexa à sua dissertação. E com surpresa verificamos que, dentre os 80 títulos reunidos, nenhum possui objeto de análise e recorte de pesquisa localizado no período imperial.

Isso não representa, contudo, que o período monárquico esteja ausente nos estudos gramscianos acerca da educação da década de oitenta, visto que em alguns trabalhos o século XIX é evocado para situar processos e fenômenos que apresentam permanência e/ou influência nas épocas posteriores. Nessa perspectiva, focados em análi-

¹⁶ *Ibidem*, p. 105.

¹⁷ *Ibidem*, pp. 120-21.

¹⁸ *Ibidem*, p. 97.

ses da atualidade e de objetos situados no século XX, as menções ao século anterior são utilizadas para esclarecer discussões contemporâneas aos anos oitenta.

Um exemplo pode ser encontrado na pesquisa de Luna Galano Mochcovitch, que promove uma reflexão sobre as relações entre Estado, cidadania e educação, visando a melhor compreensão do sistema educacional brasileiro no momento da redemocratização do país, com o fim da Ditadura Civil-Militar em meados da década de 1980.

Após estabelecer as relações entre cidadania e educação no bojo do desenvolvimento e expansão do capitalismo industrial e discorrer sobre a Terceira República Francesa como modelo de formação do Estado democrático republicano em fins do século XIX, onde a educação escolar teria tido grande influência na constituição da cidadania francesa, a autora passa, no capítulo seguinte, a tratar do objeto de sua investigação, iniciando pela análise do “problema da cidadania no Brasil”.¹⁹

Na sua busca pelas raízes históricas da cidadania no país, a pesquisadora ampara-se nos estudos de Francisco Weffort para realizar um «breve exame das especificidades e dos impasses da extensão (ou melhor da não-extensão) da cidadania no processo histórico, social e político brasileiro»,²⁰ chegando a conclusão de que a questão da cidadania jamais foi resolvida em nosso país devido a «essa modalidade bem particular e mesmo estranha de liberalismo» existente no Brasil durante o Império e Primeira República.²¹

Como resultado desse “liberalismo desnaturado” que se desenvolveu em território nacional, segundo essa interpretação, não teriam ocorrido transformações substanciais nos modos de produção e na ordem social brasileira durante o século XIX e primeiras décadas do século XX, de forma que o país independente até aquele momento mantinha praticamente a mesma dinâmica e estrutura dos tempos coloniais, o que inibiu o desenvolvimento da cidadania – em seus aspectos civil, político e social – na sociedade brasileira. Em síntese, a autora evoca Weffort para indagar o «que era o Estado no Brasil

¹⁹ L. Mochvitch, *Educação, estado e cidadania: uma reflexão sobre a realidade atual do sistema educacional brasileiro*, dissertação, Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1985, p. 109.

²⁰ *Ibidem*, p. 8.

²¹ *Ibidem*, p. 111.

antes de 1930 senão uma espécie de apêndice das grandes *plantations* e dos latifúndios senhoriais?».²²

Nesse caso, embora Mochcovitch inicie sua pesquisa a partir dos conceitos formulados por Antonio Gramsci para análise da superestrutura visando refletir sobre o papel da educação escolar e não escolar na constituição da cidadania e da transformação social, resta evidente que as ponderações tecidas sobre o processo histórico de formação do Estado e da cidadania brasileira amparam-se fundamentalmente em Francisco Weffort²³ que, apesar de realizar seus estudos em diálogo com o materialismo histórico-dialético, não os desenvolveu a partir da perspectiva gramsciana.

Assim, de forma especulativa, ainda que seja possível relacionar a passagem supracitada de Weffort, para quem o Estado brasileiro anterior a 1930 se apresenta como um “apêndice” das classes senhoriais, à clássica definição de Estado expressa no Manifesto Comunista, escrito por Marx e Engels, onde se defende que o poder do Estado moderno «não passa de um comitê que administra os negócios comuns da classe burguesa como um todo»,²⁴ certamente não há como aproximá-la ao conceito de Estado integral, ou ampliado, desenvolvido por Antonio Gramsci a partir das reflexões sobre a dinâmica da sociedade política e da sociedade civil na formação do Estado Moderno.²⁵

²² *Ibidem*, p. 110.

²³ Francisco Correia Weffort foi um relevante intelectual brasileiro, pesquisador do fenômeno do populismo e participante do renomado grupo conhecido como “Seminário de Marx”, que realizou estudos sobre *O Capital* em finais dos anos cinquenta e na década de 1960. De acordo com Marlon Antonio Ferreira, o grupo esteve envolvido na fundação do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) e posteriormente do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC), que sagraram novos intérpretes do Brasil contemporâneo. M. Ferreira, *Do PT ao governo FHC: a trajetória político-intelectual de Francisco Weffort*, dissertação, Universidade Estadual Paulista, Franca, São Paulo, 2020.

²⁴ K. Marx, F. Engels, *O manifesto comunista*, in *O Manifesto Comunista 150 anos depois*, organizado por C. Coutinho, Rio de Janeiro-São Paulo, Contraponto-Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 10.

²⁵ Uma elucidativa definição do conceito de Estado integral pode ser verificada em uma correspondência de Gramsci datada de 7 de setembro de 1931: «O projeto de estudo que fiz sobre os intelectuais [...] também leva a certas determinações do conceito de Estado, que, habitualmente, é entendido como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo, para moldar a massa popular segundo o tipo de produção e a economia de um dado momento), e não como um equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional, exercida através de organizações ditas privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas etc.) e é especialmente na sociedade civil que operam os intelectuais» (A. Gramsci *apud* G. Prestipino, *Estado*, in *Dicionário gramsciano: 1926-1937*,

2. O Mapa de Gramsci no Brasil

Em uma investigação mais recente, desde 2015 o mapeamento da influência do filósofo italiano nas produções científicas do Brasil tornou-se pauta de um ambicioso projeto desenvolvido por um coletivo de pesquisadores oriundos do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia, Política e Educação, da Universidade Federal Fluminense (NuFiPE/UFF) e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Antonio Gramsci, da Universidade Federal do Ceará (Gramsci/UFC). Sob a coordenação de Giovanni Semeraro, a empreitada ainda em atividade visa mapear a produção bibliográfica, nas mais diversas áreas do conhecimento, que referenciam suas análises no paradigma teórico-metodológico gramsciano ou o tomam como objeto de pesquisa.

Com relação à coleta de dados, o coletivo de pesquisadores realizou uma abrangente busca em diversos sítios eletrônicos, plataformas digitais e bases de dados dos repositórios das universidades públicas e privadas, entre outros acervos, para selecionar as publicações que compõem a extensa relação mapeada até o momento. Para a identificação dos trabalhos, foram considerados os seguintes critérios:

1) trabalhos que têm Gramsci ou conceitos gramscianos como objeto de pesquisa; 2) trabalhos que têm conceitos gramscianos como principal referência de análise do seu objeto; 3) trabalhos marxistas que têm conceitos gramscianos como referência central; e 4) trabalhos “eccléticos” que têm conceitos gramscianos como uma das referências centrais.²⁶

Os primeiros resultados do projeto foram apresentados em 2016 durante o seminário comemorativo do primeiro ano de fundação da International Gramsci Society – Brasil (IGS/Brasil), promovido pela Universidade Federal Fluminense, e organizados na forma do *Mapa bibliográfico de Gramsci no Brasil*, cuja primeira edição foi publicada em agosto de 2016 no site da IGS/Brasil. Desde então, o mapeamento recebeu atualizações e tornou-se uma relevante fonte de dados para os pesquisadores da influência do pensamento do filósofo sardo na produção científica brasileira.

Em uma análise preliminar com foco nas teses e dissertações de programas de pós-graduação brasileiros, Ana Lole e outros pesquisa-

organizado por G. Liguori e P. Voza, São Paulo, Boitempo, 2017, p. 517).

²⁶ *Mapa Bibliográfico de Gramsci no Brasil*, coordenado por G. Semeraro, IGS Brasil, 2019, p. 4.

dores²⁷ tecem alguns apontamentos que nos permitem ter uma visão panorâmica do mapeamento realizado até aquele momento. De um total de 1.214 obras relacionadas, 508 são dissertações e teses, representando 42% do quantitativo geral localizado.

Nesse agrupamento de produções acadêmicas destaca-se a área da Educação como a mais numerosa, tendo sido identificada a presença do pensamento de Gramsci no campo educacional em 53% das teses e dissertações arroladas. «Ou seja, do total de 508 (quinhentas e oito), 267 (duzentas e sessenta e sete) possuem algum vínculo com a área».²⁸ Também expressivas pelo elevado número de produções identificadas com o pensamento gramsciano, as Ciências Sociais, o Serviço Social e a Saúde foram outras áreas presentes no levantamento.

Os autores identificaram 4 categorias no conjunto das produções do campo educacional, com a predominância das pesquisas acerca das práticas escolares sobre aquelas que versam sobre políticas públicas educacionais, movimentos sociais e formação de professores. Do total de 267 trabalhos que possuem vínculo com a área da educação:

encontramos 14 (catorze) pesquisas relacionadas à formação de professores, 27 (vinte e sete) que se ocupam da educação relacionada aos movimentos sociais, 48 (quarenta e oito) que versam sobre políticas públicas educacionais e 178 (cento e setenta e oito) pesquisas que, apesar de cuidarem de diferentes questões relacionadas à educação, apresentam, de forma diversificada, preocupações com a prática escolar.²⁹

Para os fins pretendidos em nosso estudo, é interessante observar que o número de pesquisas relacionadas à História da Educação não se apresentou expressivo o suficiente para figurar como uma categoria mensurável na análise preliminar dos autores, de sorte que esses trabalhos possivelmente estão inseridos no interior das categorias supracitadas.

Essa situação aparentemente não sofreu mudanças significativas com a atualização do mapeamento realizada em agosto de 2018. Em novo artigo onde as pesquisadoras participantes do projeto analisam a presença do pensamento de Gramsci no campo educacional brasileiro a partir da atualização dos dados da pesquisa, o agrupamento

²⁷ A. Lole et al., *Produção bibliográfica de Gramsci no Brasil: uma análise preliminar*, «Revista Virtual Práxis e Hegemonia Popular», 2016, 1, pp. 141-57.

²⁸ *Ibidem*, p. 6.

²⁹ *Ibidem*, pp. 6-7.

das teses e dissertações segue uma organização semelhante a anterior, contando porém, com a inclusão de uma nova categoria: a análise da conjuntura contemporânea.³⁰

Além desses, outros estudos³¹ utilizam-se do mapeamento dos estudos gramscianos em território nacional como base de dados para o desenvolvimento de pesquisas sobre diversos aspectos da influência da obra de Gramsci na produção de conhecimento científico, favorecendo a compreensão acerca da recepção do pensamento do filósofo italiano no Brasil e ampliando as possibilidades de interlocução com sua obra e ideais.

A seguir, discutiremos os resultados da consulta realizada na versão atualizada do *Mapa bibliográfico de Gramsci no Brasil* em busca das investigações científicas da área da Educação, fundamentadas no referencial teórico gramsciano, cujos objetos de análise situam-se no período monárquico de nossa História.

3. Uma pequena pesquisa exploratória

A sondagem em busca de produções acadêmicas no campo da educação referenciadas no aporte teórico gramsciano para análise de objetos situados no período monárquico da História nacional foi realizada a partir da terceira edição do Mapa publicado no sítio da International Gramsci Society do Brasil, datada de setembro de 2019.³²

Essa atualização do mapeamento da obra de Gramsci no Brasil conta com um total de 1.708 produções arroladas entre livros e coletâneas (144), capítulos de livros (330), artigos ou ensaios (585), teses (223) e dissertações (426).

³⁰ Em sua análise a partir da segunda edição do *Mapa bibliográfico de Gramsci no Brasil*, as autoras verificam o aumento de teses e dissertações arroladas pela pesquisa, que passou de 508 para 649 produções. Embora o número de pesquisas vinculadas à educação tenha saltado de 267 para 319 obras localizadas, isso representou na prática um pequeno decréscimo da porcentagem da produção acadêmica no campo educacional no quantitativo de produções científicas relacionadas até então, que passou de 53% na edição anterior para 49% no mapeamento dessa edição. Apesar dessa diminuição, o campo educacional permaneceu como a área do conhecimento mais expressiva entre aquelas que se utilizam ou analisam o pensamento de Antonio Gramsci em suas produções no Brasil. B. White e A. Pereira, *A presença do pensamento de Gramsci na área da educação brasileira*, «Revista Virtual Práxis e Hegemonia Popular», 2019, 5, pp. 136-44.

³¹ A. Boutin et al., *Perfil quantitativo das categorias teóricas gramscianas dos artigos do Mapa da International Gramsci Society do Brasil*, «Emancipação», 18, 2018, 2, p. 386-98; S. Silva, C. Souza, N. Paula Junior, *Categorias teóricas âncoras do pensamento de Antonio Gramsci em artigos do mapa bibliográfico de Gramsci no Brasil*, «Revista Debates», 14, 2020, 3, pp. 196-220.

³² Disponível em: <https://igsbrasil.org/publicacoes>.

Em um comparativo com a primeira edição, o conjunto das teses e dissertações passou a representar uma parcela um pouco menor do quantitativo relacionado pela pesquisa: enquanto na edição de agosto de 2016 as 508 teses e dissertações representavam 42% de um total de 1.214 produções localizadas, na terceira edição, de setembro de 2019, as 649 teses e dissertações expressam 38% do montante de 1.708 obras reunidas. Para o exercício de busca realizado nesse artigo foi considerado como base de dados o total de produções reunido no mapeamento.

Partindo da premissa de que, em uma pesquisa científica, «o título deve expressar, o mais fielmente possível, o conteúdo temático do trabalho»,³³ pretendeu-se identificar no Mapa de Gramsci quais estudos da área da educação se ocupam de temas e objetos de análise localizados no século XIX a partir da busca por seus enunciados.

Antes, porém, é importante ressaltar que o objetivo dessa pesquisa exploratória não foi exaurir todas as possibilidades de localização das produções referentes à temas da História da Educação no período monárquico balizadas em Gramsci, mas apenas realizar uma sondagem que possa eventualmente indicar tendências da produção acadêmica acerca da História da educação no período monárquico.

Os limites dessa ação são facilmente verificáveis, a começar pela constatação de que a obra de referência, o *Mapa Bibliográfico de Gramsci no Brasil*, ainda está em fase de produção e carece de atualização. Títulos relevantes para os estudiosos da educação, a exemplo da *História das Ideias pedagógicas no Brasil*, de Dermeval Saviani,³⁴ reconhecido pesquisador gramsciano, ainda não constam na relação mapeada, evidenciando sua incompletude. Além disso, vale observar que, eventualmente, os estudos que realizaram uma retrospectiva histórica de seus objetos de análise e não mencionaram essa abordagem nos respectivos títulos de suas pesquisas, não foram detectados por essa sondagem, uma vez que ela se ampara nos dados contidos em seus enunciados.

Como metodologia para seleção dos trabalhos, realizamos diversas buscas utilizando descritores relacionados ao nosso objeto de interes-

³³ Antônio Joaquim Severino observa que, por uma questão de estilo, o título de uma pesquisa científica pode ser metafórico, «mas, nesses casos, dever-se-á acrescentar um subtítulo tematicamente expressivo» (A. Severino, *Metodologia do trabalho científico*, São Paulo, Cortez, 2013, p. 112).

³⁴ D. Saviani, *História das ideias pedagógicas no Brasil*, Campinas, São Paulo, Autores Associados, 2019.

se. Termos como “Independência”, “Primeiro Reinado”, “Segundo Reinado”, “Regência”, “Regencial”, “Monarquia” e “monárquico” não apresentaram resultados. Da mesma forma, não houve retorno para a pesquisa com os descritores “ensino primário”, “ensino secundário”, “ensino elementar”, ou ainda, “Couto Ferraz” e “Leôncio de Carvalho”, termos que identificam expressivos reformadores da educação na época imperial.

Os termos “História” e “histórico”, embora resultem em grande número de resultados, não apresentam títulos que se encaixem nas categorias elencadas pela pesquisa.

Ao buscar pelo termo “Império” obtêm-se um total de 4 retornos, contudo, apenas um desses enquadra-se no perfil procurado. Trata-se da tese defendida por Sadi Franzon na PUC do Paraná em 2015, na qual o pesquisador analisa as influências dos Estados Unidos da América na legislação educacional brasileira no período de 1890 a 1968. Apesar do foco das investigações situar-se predominantemente no século XX, o capítulo destinado às discussões sobre a origem do capitalismo como modo de produção possui uma seção que trata da religião e ensino no Brasil colonial até a instauração da república.³⁵

Sob a autoria de João Carlos Escosteguy Filho, o artigo intitulado *Disputando a direção: escravidão, civilização e ordem no Império do Brasil (1828-1850)*,³⁶ ainda que não se encaixe nos critérios elencados dessa busca, revela-se um interessante achado da sondagem, por indicar a existência de estudos históricos referenciados em Gramsci que se ocupam de recortes temporais e temas situados no período monárquico.

A pesquisa pelo termo “século XIX” aponta uma única referência, que felizmente atende perfeitamente aos requisitos de nossa busca. A tese de doutorado em Educação defendida pela pesquisadora Rose Mary de Souza Araújo³⁷ na Universidade Federal da Paraíba investiga o pro-

³⁵ Na seção é desenvolvida de forma sumária uma interpretação dos antecedentes históricos da educação escolar no Brasil até o momento da proclamação da República, fundamentando-se na análise documental e na revisão bibliográfica, com destaque para a obra “Educação e dependência”, de Manfredo Berger. S. Franzon, *A construção do império e hegemonia norte-americana na educação: as garras da águia na legislação de ensino brasileira: da instauração da República à reforma universitária (1890-1968)*, tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2015, pp. 32-42.

³⁶ J. Escosteguy Filho, *Disputando a direção: escravidão, civilização e ordem no Império do Brasil (1838-1850)*, in *Ensaios Gramscianos: política, escravidão e hegemonia no Brasil imperial*, organizado por R. Salles, Curitiba, Prismas, 2017, pp. 157-219.

³⁷ R. Araújo, *Escola Normal na Paraíba do Norte: movimento e constituição da formação de professores no*

cesso de formação de professores por meio dos debates legislativos, da formulação das políticas educacionais e de sua implementação na província da Paraíba do Norte logo após a publicação do Ato Adicional, de 1834, até os últimos anos do século XIX, focando atenções no desenvolvimento das instituições de formação docente, como a Escola Normal.

A inquirição realizada com anos situados no século XIX apresentou alguns retornos pertinentes à nossa pesquisa, como a tese defendida pela pesquisadora Yara Maria Martins Nicolau Milan³⁸ na Universidade Estadual de Campinas, que analisa a atuação política dos acadêmicos militares da Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, no período de 1870 a 1889, como “intelectuais orgânicos” promotores do positivismo como discurso ideológico no contexto da Proclamação da República.

A pesquisa de doutorado em História da pesquisadora Sonia Ribeiro de Souza,³⁹ desenvolvida na Universidade Federal Fluminense, investiga as lutas em torno da educação como política pública levada a cabo por diversos setores sociais no período de 1890 a 1934, com ênfase na atuação da Associação Brasileira de Educação (ABE) e de seus intelectuais orgânicos para a construção de consenso político entre elementos da sociedade civil e a sociedade política. Finalmente, a dissertação defendida pelo pesquisador Marco Aurélio Oliveria Gois⁴⁰ na Universidade Braz Cubas estuda por meio de referenciais gramscianos o desenvolvimento da política educacional na cidade de Santos no período da Primeira República.

Em síntese, a pesquisa exploratória à procura dos estudos gramscianos da educação cujos objetos de análise estão situados no período monárquico da História nacional, realizada a partir das averiguações na relação atualizada da terceira edição do Mapa da International Gramsci Society do Brasil, localizou um total de apenas 5 títulos em um universo de 1708 obras reunidas pelo mapeamento. Dos cinco títulos elencados pelos critérios do exame, todos são pesquisas aca-

século XIX, tese de doutorado, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

³⁸ Y. Milan, *A educação do “soldado-cidadão” (1870-1889): a outra face da modernização conservadora*, tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

³⁹ S. Souza, *“Quem inventou o analfabeto e ensinou o alfabeto ao professor”: As disputas em torno das formulações das políticas públicas educacionais (1890-1934)*, tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

⁴⁰ M. Gois, *A educação na cidade de Santos no período – 1888 1930: uma abordagem gramsciana*, dissertação, Universidade Braz Cubas, Mogi das Cruzes, 2005.

dêmicas, sendo 4 em nível de doutorado (Franzon, Araújo, Milan e Souza) e um em nível de mestrado (Gois).

Algumas considerações gerais podem ser tecidas a partir desses resultados. Exceção feita à pesquisa de Rose Mary de Souza Araújo, que realiza suas investigações sobre os processos de formação de professores na província da Paraíba do Norte em um recorte temporal com início ainda na primeira metade do século XIX, os demais estudos privilegiam datações focadas nas décadas finais do período imperial, articulando seus objetos de análise às mudanças históricas em curso que resultaram na passagem da Monarquia para a República nos anos finais do oitocentos.

De modo geral, os títulos são produções recentes (dessa vez, à exceção do trabalho de Yara Milan, de 1993), indicando possivelmente o início de uma diversificação das temáticas tratadas pelos estudos gramscianos da educação, em decorrência da consolidação da pesquisa educacional referenciada em Gramsci, conforme periodização elaborada por Jarbas Maurício Gomes, mencionado anteriormente.

Finalmente, os poucos títulos localizados pela sondagem podem refletir a pouca utilização do referencial teórico do filósofo sardo como paradigma para as investigações científicas em perspectiva histórica, de forma que a baixa produção identificada na área educacional, dentro do perfil procurado, seria indício da caracterização de um fenômeno geral na área das pesquisas históricas.

4. Algumas considerações finais

A partir dos resultados da pesquisa exploratória, à guisa de conclusão teceremos algumas considerações especulativas que podem auxiliar na compreensão do fenômeno mapeado pela sondagem, a fim de subsidiar o debate e a produção de conhecimento acerca da educação no Brasil, sobretudo no campo dos estudos fundamentados no aporte teórico metodológico de Antonio Gramsci.

A primeira consideração recupera a última observação elencada anteriormente, qual seja, a suspeita de que o baixo número de trabalhos localizado em nossa busca reflete um fenômeno maior, o da pouca utilização dos referenciais teóricos gramscianos nas pesquisas históricas em nosso país. E essa suspeita é endossada por Ricardo Salles, que nos informa que, a despeito do fato de Gramsci ser o

autor marxista clássico com maior penetração nos meios acadêmicos e nos ambientes intelectuais na América Latina, incluindo o Brasil, «essa penetração não é tão grande, ou enfrenta maiores objeções, no campo disciplinar da História».⁴¹

Curiosamente, a História, ou o historicismo, compreendido como a constatação da singularidade dos fatos, figura como elemento central do pensamento gramsciano.⁴² Basta lembrar que as categorias de análise, ou cânones metodológicos e de interpretação histórica e política, presentes na obra do filósofo italiano, são desenvolvidos a partir do exame de situações e contextos historicamente determinados, como a formação do Estado italiano ao longo do século XIX e o desenvolvimento da Europa na Modernidade, de forma mais abrangente.

Ricardo Salles defende que a filosofia da práxis, considerada como historicismo absoluto ou realista, apresenta um trabalho teórico que trata fundamentalmente da história e da prática dos historiadores.⁴³ A perspectiva de uma História integral, defendida e empregada por Gramsci na análise concreta da realidade concreta, remete aos cuidados para se superar uma história fetichista, caracterizada por personagens abstratos e mitológicos, por um lado, e a necessidade de se imprimir uma visão de conjunto sobre o objeto da pesquisa, inserindo-o em sua totalidade, evitando os equívocos de uma história complementar, que reduz o processo histórico a acontecimentos isolados, por outro.

A segunda consideração resulta desdobramento da anterior. Aparentemente, a restrita utilização das lentes de Gramsci para a produção historiográfica no Brasil não tem possibilitado a exploração de objetos de análise situados em períodos muito distantes da História nacional. Como um reflexo da ênfase nos aspectos da práxis política concernente à teoria gramsciana, os estudos referenciados no pensador sardo privilegiam temas e objetos mais próximos da atualidade, visando a análise da conjuntura como orientação para a transformação social.

⁴¹ Salles, *Ensaio gramsciano*, cit., p. 10.

⁴² Ao analisar a identidade entre História e Política no pensamento de Antonio Gramsci, Lincoln Secco observa que o conhecimento histórico funciona como ponto de articulação metodológico que atua como contextualização dos conceitos e como crítica da filosofia. L. Secco, *Gramsci e a escrita da História*, Fundação Maurício Grabois, «Espaço do Pensamento Marxista e Progressista», 2011.

⁴³ Salles, *Gramsci para Historiadores*, cit.

Dessa forma, a suspeita recai sobre a possibilidade de que a necessidade de investigação dos aspectos da conjuntura política estejam relegando a um segundo plano, no campo dos estudos gramscianos da educação, a igualmente necessária análise dos aspectos orgânicos, os quais possuem determinantes de longa duração.

Conforme enfatizado por Alvaro Bianchi, apesar de Antonio Gramsci ter dedicado somente três notas ao Brasil ao longo dos Cadernos do Cárcere, seus apontamentos sobre a atuação do clero e das classes militares como intelectuais tradicionais no período imperial dão pistas para investigações mais amplas acerca da História nacional e dos processos que resultaram na passagem da Monarquia para a República. «As hipóteses aventadas por Gramsci a respeito dos intelectuais no Brasil encontravam-se claramente articuladas a uma teoria da formação do Estado nacional e eram extremamente férteis».⁴⁴ Não obstante, a “interpretação do Brasil” sugerida pelas notas do pensador sardo aparentemente não foi explorada pelos pesquisadores do país até o momento.

Assim, reconhecendo algumas linhas da interpretação gramsciana sobre o Brasil ainda em aberto, Alvaro Bianchi sugere duas agendas de pesquisa como possibilidades de operacionalização das lentes de Gramsci para compreensão e enfrentamento dos problemas da realidade brasileira. E uma delas indica justamente que, «para a pesquisa histórica pode ser importante voltar à intuição gramsciana a respeito dos grupos intelectuais provenientes do clero e do Exército, os quais permaneceriam dominantes até 1930».⁴⁵ A segunda sugestão recupera e aponta a necessidade de problematização da fórmula da revolução passiva como chave interpretativa para compreensão do desenvolvimento do Brasil na Modernidade.

As sugestões de Bianchi nos levam à terceira consideração. Modelos interpretativos consagrados pela historiografia passam a impressão de que os debates em torno de todo um período histórico estão “pacificado” e que, portanto, não há mais problemas a serem elucidados pela investigação científica. E esse parece ser o caso da utilização do conceito de “revolução passiva” como cânone de interpretação da história nacional.

⁴⁴ A. Bianchi, *O Brasil dos gramscianos*, «Crítica Marxista», 22, 2016, p. 119.

⁴⁵ *Ibidem*, pp. 129-30.

Os exemplos são facilmente encontrados e podem ser resumidos em passagens como a utilizada por Victor Leandro Gomes para retratar a revolução passiva como uma solução recorrente na História do Brasil. Após realizar um pequeno retrospecto histórico com crises políticas nacionais que tiveram resoluções “por cima”, com episódios iniciados em 1822 e que avançam até o ano de 1985, o pesquisador afirma que «diante desta singela retrospectiva, parece aceitável traçar um perfil histórico de revoluções passivas para os mais variados impasses políticos do Brasil [...] (pois) somos mestres em revolucionar no sentido de manter tudo exatamente como está».⁴⁶

Sem avaliar a pertinência da utilização do conceito de “revolução passiva” para o exame de todos os impasses políticos da História do Brasil, consideramos necessário ressaltar a importância dos cuidados para a adequada operacionalização do cânone de interpretação em sua complexidade conceitual e na relação com as demais categorias de análise, visto que, na perspectiva do materialismo histórico-dialético, da qual Gramsci é legatário, as relações entre os fenômenos não são consideradas de maneira mecânica, mas, sobretudo, de forma dialética, conflitante e contraditória.

Nesse caso, a demasiada ênfase em uma categoria de análise em detrimento de outras, e mesmo a sua “vulgarização”, a exemplo da forma simplificada com que alguns estudos aplicam o conceito de “revolução passiva” em suas pesquisas, priorizando o momento da “restauração” em desequilíbrio ao da “renovação”, geram distorções prejudiciais para a reconstrução da realidade concreta no plano ideal⁴⁷.

A cristalização do modelo historiográfico amparado na utilização da “revolução passiva” como chave interpretativa certamente possibilitou valiosos avanços no conhecimento sobre as dinâmicas do desenvolvimento da sociedade brasileira ao longo da nossa história, todavia, obliterou as potencialidades de operacionalização dos de-

⁴⁶ V. Gomes, *Revolução Passiva: uma solução à brasileira*, «Revista Virtual Práxis e Hegemonia Popular», 2016, 1, p. 96.

⁴⁷ Polissêmico, ao longo das anotações dos *Cadernos do cárcere* o conceito assume particularidades a depender do caso em foco. Nas considerações sobre a *revolução passiva francesa* o processo assume a fórmula da “revolução-restauração”, já na análise da *revolução passiva piemontesa* a fórmula interpretativa é a da “revolução sem revolução”, ao passo que no caso da *revolução passiva americana* sua fórmula síntese é a do *americanismo e fordismo*. Bianchi, *O Brasil dos gramscianos*, cit., p. 129.

mais cânones de interpretação histórica e política que podem elucidar outros aspectos da nossa formação social.

Finalmente, a última consideração desenvolvida nesse trabalho também guarda relações com a anterior e, talvez, seja aquela com maiores impactos sobre a produção dos estudos gramscianos da educação, de forma geral. Ao enfatizar a inércia conservadora nos processos históricos, o modelo historiográfico balizado na “revolução passiva” associou-se a outros modelos convergentes, em busca de reforço para suas linhas interpretativas, notadamente em modelos desenvolvidos pelas correntes intelectuais da esquerda no país.

É nesse contexto que os estudos referenciados em Gramsci, ainda nos primeiros anos de ingresso do seu pensamento em território nacional, passam a articular-se com o modelo interpretativo da História do Brasil monárquico no qual se defende o caráter simulado que o Liberalismo teria experimentado por aqui, dada sua incompatibilidade com a realidade social do país após a emancipação política. Esse modelo interpretativo, sintetizado na tese *As ideias fora do lugar*, de Roberto Schwarz,⁴⁸ reconhecido intelectual participante do famoso Seminário de Marx,⁴⁹ tornou-se hegemônico entre as correntes historiográficas da esquerda nacional, influenciando as pesquisas sobre o período imperial da nossa história, inclusive entre os pesquisadores gramscianos.

Provavelmente o exemplo mais emblemático dessa influência determinante possa ser encontrado na argumentação de Carlos Nelson Coutinho acerca da definição da sociedade brasileira nas categorias de tipo “oriental”, ou “ocidental”, para caracterizar o grau de desenvolvimento da sociedade nacional nos termos presentes nas reflexões de Antonio Gramsci.⁵⁰

⁴⁸ R. Schwarz, *As ideias fora do lugar*, «Estudos Cebrap», 3, 1973.

⁴⁹ Assim como Francisco Correia Weffort, mencionado anteriormente, Roberto Schwarz compôs o grupo de estudos d'O *Capital* e desenvolveu relevantes interpretações do Brasil contemporâneo. M. Ferreira, *Do PT ao governo FHC*, cit.

⁵⁰ Carlos Nelson Coutinho apresenta uma interessante distinção entre as sociedades de tipo “oriental” e “ocidental” na seguinte passagem: «A teoria ampliada do Estado é a base que permite a Gramsci responder de modo original à questão do fracasso da revolução nos países ocidentais: este fracasso ocorreu, supõe Gramsci, porque não se levou na devida conta a diferença estrutural que existe entre, por um lado, as formações sociais do ‘Oriente’ (entre as quais se inclui a da Rússia czarista), caracterizadas pela debilidade da sociedade civil em contraste com o predomínio quase absoluto do Estado-coerção; e, por outro, as formações sociais do ‘Ocidente’, onde se dá uma relação mais equilibrada entre sociedade civil e sociedade política, ou seja, onde se realizou

Embora reconheça que «houve, em nosso passado, muitos traços peculiares que nos aproximam das sociedades liberais europeias da primeira metade do século XIX»,⁵¹ e mesmo evocando Juan Carlos Portantiero, para quem não se pode tratar como “orientais” os países mais desenvolvidos da América Latina, Coutinho opta por afirmar a predominância de pontos de semelhança com o modelo “oriental” para definir a situação brasileira, elencando justamente argumentos fundantes do modelo proposto por Schwarz, como a desorganização da sociedade civil, o controle excessivo do Estado, a sobreposição do poder executivo sobre o legislativo e, finalmente, a presença da escravidão.

Parece razoável supor que a sentença de que o Brasil oitocentista era predominantemente “oriental”, caracterizado supostamente por uma sociedade civil inexpressiva e por instituições falseadas, tenha desencorajado os pesquisadores a aplicar o instrumental teórico de Gramsci para análise de objetos e temas do século XIX, fechando as portas de um período fundamental de nossa formação social e política. Nessa perspectiva, não faria sentido, ou seria pouco produtora, utilizar referenciais teóricos como os conceitos de Estado ampliado, sociedade civil e hegemonia em uma formação social de tipo “oriental”.

Em que pese a validade dos modelos interpretativos para responder questões objetivas impostas pelo seu tempo, o conhecimento que se constrói historicamente em torno de um determinado objeto de análise, ou época histórica, é sempre provisório, visto que parcial e incompleto. A revisão historiográfica atual tem redimensionado o entendimento sobre a formação do Estado brasileiro e o desenvolvimento de suas instituições políticas, possibilitando novos questionamentos acerca de vários aspectos da realidade do período monárquico da História nacional.

Como ensaio de resposta à questão que motivou esse trabalho, devemos reconhecer que, salvo poucas incursões isoladas, como aquelas localizadas pela pesquisa exploratória, a História da Educação do Brasil Monárquico balizada nos princípios teóricos gramscianos ainda necessita ser escrita. Assim, aos estudiosos da educação,

concretamente a “ampliação” do Estado» (C. Coutinho, *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*, Rio de Janeiro, Campus, 1992, p. 89).

⁵¹ *Ibidem*, p. 131.

e particularmente aos historiadores da educação referenciados no pensamento de Gramsci, fica o chamado para renunciar à produção de uma história complementar, que justifica e inteira outras visões totalizantes da realidade concreta, para assumir a demanda necessária para a construção, de forma integral, da História da Educação Brasileira. Como se pode observar, há muito trabalho a ser feito.